

O Problema da Retrodição Histórica: das críticas de Nietzsche às inquietações de Walter Benjamin

The Problem of Historical retrodiction: criticism from Nietzsche to Walter Benjamin concerns

*José D'Assunção Barros**

Recebido em: 12/2015

Aprovado em: 05/2015

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre o problema metodológico da “retrodição” historiográfica. É discutida inicialmente a questão do finalismo na abordagem teleológica da História, e, na sequência, examina-se a verdadeira questão que envolve este e outros problemas presentes na construção das explicações historiográficas: a retrodição. Depois de esclarecimentos teórico-metodológicos sobre a questão, com exemplos específicos, desenvolvemos comentários mais específicos sobre dois filósofos que elaboraram uma percepção pioneira acerca deste problema: Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin.

Palavras-Chave: Retrodição, Teleologia, Historiografia, Nietzsche, Walter Benjamin.

Abstract: This article aims to reflect about the methodological problem of the historiography “retrodiction”. It is discussed initially the question of the finalism in the teleological approach of History, and, in the sequence, it is examined the really question that involves this and other problems presented in the construction of the historiography explanations: the retrodiction. After theoretic-methodological clarifications about the question, with specifically examples, they are developed commentaries about two philosophers that have elaborated pioneering perceptions of this problem: Friedrich Nietzsche and Walter Benjamin.

Keywords: Retrodiction, Teleology, Historiography, Nietzsche, Walter Benjamin.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-m@il: jose.d.assun@globomail.com

O Problema da Retrodição Histórica: das críticas de Nietzsche às inquietações de Walter Benjamin

As ‘filosofias da história’, desde a segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX, e mesmo mais além, costumavam acreditar que a história humana se conduzia para algum fim já estabelecido. A partir daí, com uma espécie de roteiro, cujo fim situado em um futuro longínquo, já se sabe de antemão, os ‘filósofos da história buscavam enquadrar todos os eventos e processos conhecidos para que coubessem neste roteiro. O modelo mais conhecido deste padrão historiográfico foi desenvolvido por Hegel em sua *Filosofia da História* (1830), mas também iremos encontrá-lo em Kant e outros autores da segunda metade do século XVIII e do século XIX.

Habitualmente, chamamos a este modelo historiográfico de “teleológico”. O filósofo ou historiador fixa um “telos” – isto é, um “fim” – e a partir daí constrói a sua história, pois acredita que o desenvolvimento natural ou histórico da história humana ou da história de um determinado povo conduz àquele destino, seja por desenvolvimento lógico, dialético, ou por obra de alguma força transcendente ou inerente à história humana. A este modelo, adaptam-se tantos as crenças em uma providência Divina, em uma Razão Universal que se atualiza através da história da humanidade, em um plano secreto da Natureza, como também as perspectivas de que existe algum tipo de mecanismo preciso e determinista regendo o desenvolvimento da história, ou ainda a ideia de que a realidade é tão lógica que se torna possível prever os seus desenvolvimentos necessários no decurso do tempo. Nesta perspectiva teleológica, sejam quais destas motivações a tiverem alimentado, tudo o que aconteceu no Passado, e o que acontece no presente, conduzirá necessariamente a este fim, e o que não parece se ajustar é discretamente desprezado ou esquecido. Com o modelo teleológico, ou finalista, o filósofo ou historiador está tão convencido de que a história humana se dirige ao fim que ele mesmo já conhece de antemão, que seu olhar para os eventos e acontecimentos tende a desprezar o que não se presta àquela explicação histórica que busca explicar a caminhada da humanidade para esse fim.

Embora este modelo tenha começado com as ‘filosofias da história’ setecentistas – campo de especulações que por

definição se presta a discorrer sobre o “sentido da história” – ele chegou a contaminar mesmo algumas das ‘teorias da história’ que começaram a surgir no século XIX, ou pelo menos isso ocorreu com as contribuições pessoais de alguns historiadores e filósofos a estas teorias. Apesar do rigor de cientificidade de que se revestiram as teorias da história a partir do momento em que surge a historiografia científica, e da sistematização metodológica a que se impuseram os novos historiadores profissionais no seu trato com as fontes históricas – e, mesmo, ao lado da rejeição pelos novos historiadores de toda especulação que não pudesse ser demonstrada através das fontes – é particularmente interessante notar que o traço “finalista”, embora se reduza, não desaparece de toda a vasta historiografia que será produzida a partir de então nas diversas alternativas paradigmáticas que se abrem com as teorias da história. O que seria, senão uma visão teleológica da história, a visão histórica pessoal de Marx – fundador do Materialismo Histórico – de que a humanidade marchava necessariamente e de maneira inevitável para a triunfal implantação do Socialismo como futura forma de organização econômica e política? O que seria, senão uma leitura também finalista da história humana, a conhecida “Teoria dos Três Estágios” proposta pelo positivismo de Augusto Comte, que preconizava que, em sua caminhada regida pela “ordem” e pelo “progresso”, a humanidade passara por três estágios de modo a atingir a sua fase “positiva”, para a partir daí adentrar a senda de um progresso social e tecnológico que seria doravante cumulativo e irrefreável, transformando-se ele mesmo nas bases de uma nova “Religião da Humanidade”?

O Materialismo Histórico e o Positivismo são ‘teorias da história’, assim como o Historicismo. Eles não pressupõem necessariamente uma leitura teleológica do mundo humano a partir dos sistemas conceituais que movimentam. Assim mesmo, Marx e Comte – fundadores de um e de outro destes paradigmas – deixaram-se enredar pela leitura teleológica da história humana. O “progresso”, em sua época, era uma noção que poucos intelectuais pensaram em questionar; e a tendência a pensar que o progresso conduziria a um fim já estabelecido, que quase poderia ser previsto ou intuído, era uma tentação bastante forte. Poucos já haviam dado a perceber, e Rousseau foi um pioneiro com o seu ensaio sobre a *Origem da Desigualdade Humana* (1750), que o progresso tecnológico e o progresso da

justiça social não andam necessariamente superpostos. Outros também se aventuram em opor suas inquietações e críticas diante da avassaladora corrente de otimismo em relação ao progresso da humanidade, mas são poucos estes pensadores quando os comparamos com a tendência geral dominante¹.

Neste artigo, discorreremos não tanto sobre a rejeição da perspectiva finalista na história da historiografia, mas sim sobre um problema teórico-metodológico que pode afetar a pesquisa histórica a todo o momento. Trata-se de um problema bastante semelhante ao da “leitura teleológica da história”. Na verdade, pode-se mesmo dizer que a leitura teleológica da história é um caso particular deste problema mais amplo, que se insinua por vezes de maneira imperceptível no fazer historiográfico, e não foi senão por isto que esboçamos este pequeno preâmbulo com vistas aos aspectos que envolvem a perspectiva teleológica da história. Friedrich Nietzsche, um filósofo oitocentista que criticara a nova historiografia científica no próprio “século da história”², foi talvez um dos primeiros cérebros a perceber este aspecto do qual diversos historiadores iriam se tornar apenas mais conscientes a partir do século XX: o fenômeno da “retrodição”. Este fenômeno típico da construção historiográfica não é analisado por Nietzsche com esta denominação, mais moderna; mas de todo modo ele toca de maneira surpreendentemente perspicaz nesta questão fundamental que pode afetar o fazer historiográfico. A retrodição, conforme veremos, não deixa de ser uma espécie de finalismo, de “teleologia” que fixa um fim para a história e que insiste em submeter todos os processos e acontecimentos ao *telos* idealizado – mas trata-se de um finalismo mais sutil, e que por isso pode quase passar despercebido³.

Procuremos antes de tudo nos aproximar do problema em questão. O moderno conceito de “retrodição” foi criado para iluminar uma peculiar situação que se produz em função das especificidades do trabalho do historiador. Trata-se, se pudermos empregar esta imagem, de uma espécie de “profecia” ao avesso. Na “profecia”, o profeta faz previsões relacionadas a um futuro que ainda não conhece – o *seu* futuro. O historiador, por outro lado, acha-se em uma posição peculiar quando analisa um período histórico qualquer. Através das fontes e de seu conhecimento prévio sobre a história de vários períodos, ele está na singular posição que o permite analisar um Passado do qual

já conhece o Futuro. Isto não apenas porque ele mesmo, historiador, pode se referir ao seu próprio Presente como um futuro, por vezes distante, em relação aos acontecimentos e processos que está analisando. Na verdade, o historiador também tem conhecimento ou pensa ter conhecimento de todos (ou de um bom número) dos futuros intermediários de certo passado em relação à sua própria época de historiador: ele conhece, por exemplo, o futuro próximo de um determinado Passado que está analisando, pois este futuro é também seu passado: ele pode lê-lo através das fontes. Esta discussão foi bem desenvolvida na obra de Koselleck, no conjunto de ensaios articulados que recebeu o título de *Passado Futuro* (1979).

Para dar um exemplo inicial, um historiador que se proponha a examinar os primórdios dos movimentos que conduziram à Revolução Francesa já conhece, de antemão, todas as etapas deste processo, a tomada da Bastilha, a proclamação da República, o Terror atingindo sucessivamente realistas, girondinos e jacobinos, a repressão dos movimentos mais à esquerda, o entrega do poder ao diretório, a posterior concentração do poder nas mãos de Napoleão, as guerras por eles promovidas, seus sucessos, seu fracasso, o Waterloo, o Congresso de Viena, a Restauração...deste modo, aqueles primórdios revolucionários, dos quais partíramos, podem ser pensados, equivocadamente, como algo que conduziria necessariamente a cada uma destas etapas que se verificaram de maneira efetiva na história. Uma coisa se encadeia na outra, como se a Revolução e seus desdobramentos já pudessem ser previstos ao se falar dos primórdios revolucionários (e esta expressão “primórdios revolucionários” já é de si mesma uma retrodição).

O caso mais banal de retrodição, talvez o mais evidente, é aquele que estabelece como um ponto de chegada o próprio presente do historiador, e a partir daí avalia os demais momentos como elos que o produzem linearmente, indo buscar, no limite, as origens do presente que se tem por bem conhecido e quase como um contexto dado. Tal procedimento deixa de perceber essencialmente duas coisas: (1) Em primeiro lugar todo Presente, inclusive o nosso, deve ser sempre problematizado. De fato, o nosso presente – isto é, o presente do historiador – não pode ser tomado como um dado imóvel e tampouco como um contexto passível de ser lido consensualmente por todos: ele é

produto de leituras diversas que se estabelecem a partir de cada um dos seres humanos que vivem nele. (2) Em segundo lugar, qualquer ponto no Passado também deve ser sempre problematizado, e nenhum ponto no Passado faz parte de uma cadeia linear que estaria destinada a conduzir de forma inelutável ao nosso Presente ou ao que pensamos ser o nosso Presente. Com a retrodição, que não atenta para estes aspectos, a história passa a se assemelhar a uma estreita e sólida “rua de mão única”, e não a um vasto oceano de possibilidades cujas águas se projetam para o futuro.

Em vista do que foi dito, se quisermos nos tornar navegantes que se arriscam neste vasto e complexo oceano da história, devemos evitar a ideia um tanto vulgar de que a função do historiador é encontrar definitivamente a “origem” de seu mundo histórico, na verdade da pequena ilha onde se ergueu uma singela cabana. Marc Bloch, aprofundando uma observação que já havia sido feita por François Simiand no início do século XX (1903), iria criticar precisamente esta pretensão que ele denomina “mito das origens”. Esta antiga pretensão de encontrar as origens ou a ‘causa primeira’ de uma cadeia de acontecimentos pode ser entrevista no famoso manual escrito por Langlois e Seignobos, escrito em fins do século XIX: “A história nos faz compreender o presente, explicando-nos onde for possível, as origens do atual estado das coisas” (1944, p.75)⁴.

Uma ressalva deve ser feita antes de prosseguirmos. O vício da retrodição, e a busca do “mito das origens”, nada têm a ver com o fato de os historiadores compreenderem, e cada vez mais nos dias de hoje, que toda História é produzida de um Presente; também não têm relação com a ideia de que se pode revitalizar o Presente a partir de novos olhares sobre o Passado, como propõe Walter Benjamin em texto que já discutiremos (1940). O vício da retrodição está ligado à ideia de que existe uma cadeia linear e única de acontecimentos em uma estreita e necessária relação de causa/efeito que pode ser recuperada pelo historiador. Por outro lado, é sempre bom lembrar que o “mito de origens”, nesta sua versão que o direciona para o Presente, é apenas um dos casos particulares da retrodição. O mesmo procedimento que gera uma retrodição em relação ao tempo presente pode ser aplicado para qualquer ponto do Passado, ou seja, para qualquer “Presente” anterior, e são estas situações mais sofisticadas que nos interessarão neste momento,

considerando ainda que, embora elas nem sempre sejam percebidas facilmente, mesmo pelos historiadores, elas foram percebidas com especial clareza por Nietzsche, este filósofo de cuja crítica à historiografia nos ocuparemos nas próximas linhas, e posteriormente por Walter Benjamin, filósofo marxista que escreve nas primeiras décadas do século XX (1940).

Pensemos a partir de um exemplo. Suponhamos que estamos trabalhando no âmbito daquela modalidade historiográfica que hoje é denominada “História Intelectual”, e que desejamos examinar a figura histórica do célebre doutor Philippe Pinel (1745-1826) – médico francês que viveu neste período da Revolução Francesa. Poderíamos começar por tentar construir uma história para compreender as ideias de Pinel, autor do primeiro esforço conhecido de elaboração de uma classificação para as diversas formas de loucura, dividindo-as em “manias”, “melancolias”, “demências”, “idiotias” (PINEL, 1801). Gradualmente surgiriam, depois de Pinel, outros sistemas classificatórios, alguns bem mais complexos, de modo que ao médico francês é atribuído muito habitualmente um papel importante nesta história das ideias e das práticas clínicas. Pinel pode ser mesmo pintado como um ator histórico fundador da Psiquiatria. Frequentemente a Psiquiatria, através dos historiadores deste campo disciplinar, reivindica para si a figura fundacional de Pinel.

Deixemos por um instante a História Intelectual, e passemos à modalidade da Biografia – outro gênero historiográfico que é frequentemente elaborado por historiadores, mas também por intelectuais de tipos diversos. Para traçar a biografia deste personagem ilustre, talvez fosse oportuno pesquisarmos, em algum momento, os anos de sua formação, o seu interesse pelos excluídos que eram situados no campo da “desrazão”, e por fim a sua ascensão profissional até assumir a função de diretor do manicômio de Bicêtre, nos arredores de Paris. No calor e no espírito dos acontecimentos revolucionários e pós-revolucionários, veremos que Pinel consegue autorização para libertar, das correntes de ferro que os aprisionavam, certos indivíduos considerados loucos. Nossa biografia avança por este caminho, mas poderiam ter sido escolhidos outros.

Abandonemos neste momento o campo da Biografia, mas sem retornar à História Intelectual, e situemo-nos agora na

própria perspectiva de uma História da Psiquiatria. Já fizemos notar que, neste domínio temático da história, frequentemente os historiadores deste campo disciplinar fazem suas narrativas remontarem a Pinel, já que este foi um dos primeiros autores a tentarem elaborar uma classificação que desse conta dos excluídos da *desrazão* (evitemos, ainda, chamá-los de loucos, o que já nos introduziria no campo mais problematizado da História da Loucura). Para escrever a História da Psiquiatria, de que ponto partiremos? Ao escolher historiar a instituição deste campo de saber que é a Psiquiatria, somos tentados a percorrer em pontilhado certa narrativa com vistas a esclarecer a origem e o desenvolvimento subsequente deste campo disciplinar que começa por separar os “loucos” da sociedade, e logo depois por separar estes mesmos loucos uns dos outros através de sistemas de classificação que parecem culminar, no decurso de um longo processo de formação deste campo de saber, com a tábua de classificação hoje predominantemente aceita pelas associações psiquiátricas internacionais. É lugar bastante comum que o historiador da Psiquiatria comece por falar sobre as origens deste campo disciplinar, e que tenha ideia de buscar esta origem neste personagem que foi Philippe Pinel. O papel de “fundador” de um campo de saber como este lhe cai bem – é o que muito habitualmente se pensa.

Mas suponhamos que o nosso historiador é ele mesmo um médico ligado ao estudo e tratamento de alienados mentais, mas que seja mais particularmente ligado ao chamado movimento da “Antipsiquiatria”. Sua História, agora, talvez seja construída de outra forma. Pode-se mesmo dizer que a sua História *será* obrigatoriamente outra, bem distinta da História que é habitualmente elaborada pelos psiquiatras favoráveis ao tratamento de “alienados mentais” através da internação. Contudo, mesmo a história da Antipsiquiatria poderá também incorporar a figura do Doutor Pinel, e de um ponto de vista bastante positivo. Vamos lembrar que, quando escrevíamos a sua biografia, lidamos com os fatos relacionados à decisão de Pinel de libertar de suas correntes os excluídos da *desrazão*, aqueles homens que se encontravam acorrentados no manicômio de Bicêtre. Se nos encontramos prestes a escrever uma “História do Movimento da Antipsiquiatria”, a figura do Doutor Pinel encontrará aí o seu lugar, até mesmo um lugar fundacional. Afinal, seu gesto de libertar das correntes de ferro os excluídos

da desrazão não deixa de ser um gesto radicalmente antipsiquiátrico, ao menos do ponto de vista dos teóricos que militam nesta perspectiva teórica. Pinel aparece, então, como o emblemático fundador da Antipsiquiatria. Mas como? Quando estávamos dispostos a escrever a história da Psiquiatria, Pinel – autor de uma das primeiras tábuas de classificação que iriam ajudar a consolidar um novo campo de saber que hoje é compreendido como Psiquiatria – aparecera como fundador desta prática. Agora, aparece como fundador de outra?

O pequeno conjunto de considerações e centelhas factuais que entreteçemos em torno da figura de Philippe Pinel, e de seus relatos possíveis, constitui um bom exemplo da “retrodição historiográfica”. Conforme se situe o historiador diante de certa questão, é muito comum que ele reconstrua a história de uma determinada maneira. Vale lembrar que, quando existe certa riqueza de possibilidades narrativas envolvidas, o jogo de relatos historiográficos possíveis sobre um mesmo tema mostra-se um universo bastante vivo. Por outro lado, quando toda uma cultura pensa de maneira mais ou menos homogênea a respeito de uma questão específica, com um mínimo de variações, a retrodição pode produzir resultados empobrecedores. A riqueza possível de narrativas historiográficas corre o risco, em certos casos, de se reduzir a uma única linha, aniquilando todas as possibilidades de passados anteriores. Se no exemplo atrás desenvolvido pudemos fazer que aparecessem alguns relatos distintos sobre a figura de um mesmo personagem histórico – no caso o médico francês Philippe Pinel do final do século XVIII – isto se deu precisamente porque pudemos contrapor a perspectiva tradicional da Psiquiatria e a perspectiva teórica do movimento da Antipsiquiatria. Duas leituras distintas acerca das formas de tratamento ideais para determinado conjunto de patologias conduziram a relatos diferenciados.

A contraposição de perspectivas teóricas, de alguma maneira, é quase sempre enriquecedora para fazer emergir novas possibilidades de composições historiográficas. Já a história estereotipada de certos processos e acontecimentos, que todos passam a reproduzir acriticamente, e mais ainda as leituras históricas impostas dogmaticamente, às vezes com a força dos governos ditatoriais ou do poder econômico, podem contribuir para soterrar tudo aquilo que não se adéqua ao relato pretendido, oficializado, canonizado. Ao historiador, ao verdadeiro

historiador que se recusa a glosar a historiografia que lhe é imposta de cima, cabe se tornar arqueólogo dos elementos esquecidos, bem como se fazer reconstrutor de outras narrativas possíveis. Ele deve “nadar contra a corrente” da historiografia oficial que emana dos grandes governos e interesses institucionais e que, servindo a estes interesses, deixa de servir à Vida. Nas palavras de Walter Benjamin, o historiador deve “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, tese n.º7, 2008, p.225).

A possibilidade da “retrodição”, tal como procuramos esclarecer através dos exemplos evocados, leva o historiador à possibilidade de analisar um determinado Passado já conhecendo o que aconteceu depois (o que aconteceu imediatamente depois, por exemplo). A “retrodição” consistirá, aqui, em uma “predição para trás”. Alguns teóricos e historiadores sugerem que, mal administrada, a “retrodição” pode vir a constituir-se em um fator de empobrecimento de perspectivas, em uma verdadeira “armadilha historiográfica”. Julio Aróstegui, no capítulo “A Análise da Temporalidade” de seu livro *A Pesquisa Histórica* (1995), sugere que “o historiador deve explicar as situações históricas como se não conhecesse o seu futuro” (2006, p.354)⁵.

Em um dos *Fragmentos Póstumos* escritos por Nietzsche entre os outonos de 1884 e 1885, e em outras passagens que poderiam ser citadas, encontraremos – possivelmente pela primeira vez – a discussão deste problema:

“[...] todos os órgãos de animais exerceram originariamente outras funções diferentes daquelas que nos fizeram chamá-las de ‘órgãos’ e em geral cada coisa teve uma gênese diferente daquela que a sua utilização final deixa supor. Mostrar o que é nada esclarece ainda sobre a sua gênese, e a história de uma gênese nada ensina a respeito dela, mas somente o que existe agora. Os historiadores de todo tipo se enganam quase todos neste ponto: pois eles partem do dado e olham para trás. Mas o dado é algo de *novo* e do qual não se pode absolutamente *tirar conclusão*: nenhum químico poderia predizer o que resultaria da síntese de dois elementos, se ele já não o soubesse” (NIETZSCHE, 2005, p.306).

Muito antes de Marc Bloch (1942) discutir a questão do “mito das origens”, e, antes deste último, François Simiand ter falado no “mito das origens” como um dos “ídolos” da “tribo dos historiadores” (SIMIAND, 1903), já em pleno século XX Nietzsche vinha chamando atenção para esta questão, que mais tarde Foucault iria retomar na sua busca de um método genealógico que contornasse essa obsessão historiográfica pelas origens (voltaremos a esta questão). O filósofo alemão já percebia, por exemplo, que um erro historiográfico comum ocorria quando, ao identificar certo elemento que fazia parte de um conjunto interrelacionável, ou ao identificar a utilidade ou finalidade que certos aspectos vieram a adquirir depois, não raro os historiadores incorriam no erro de presumir que o elemento que assume posteriormente certo papel em relação a um outro era a sua própria origem. Em um dos *Fragmentos Póstumos* de Nietzsche, datável da primavera de 1874, encontraremos um exemplo:

Em todas as questões que levam à origem dos costumes, dos direitos e da moral, devemos também nos impedir de considerar a utilidade que um certo costume ou crença moral apresenta, seja para a comunidade ou para um indivíduo, como sendo também a *razão* do seu surgimento: como fazem os ingênuos da pesquisa histórica. Pois a própria utilidade é algo móvel, cambiante; sempre se reintroduz um sentido novo nas formas antigas e o sentido ‘que chega mais rapidamente ao espírito’ de uma instituição é frequentemente aquele que lhe fora concedido mais tardiamente. Ocorre aqui como nos ‘órgãos’ do mundo orgânico: aqui também os ingênuos acreditam que o olho nasceu por causa da visão. (NIETZSCHE, 2005, p.305).

As ilusões historiográficas produzidas pela retrodição passariam a se constituir em um dos temas percorridos pelas discussões historiográficas das últimas décadas do século XX. Podemos ter uma ideia, aqui, da acuidade de Nietzsche ao perceber pioneiramente esta sutil questão que pode enredar o trabalho do historiador, ainda no século XIX.

Autores contemporâneos os mais diversos, desde o filósofo Walter Benjamin (1940), na primeira metade do século XX, até o historiador Josep Fontana (2000), nos anos mais recentes, começaram a se dar cada vez mais conta deste

problema que havia sido diagnosticado por Nietzsche. Para além das críticas que se tornaram clássicas contra as modalidades de finalismo que apontam para o futuro (o velho modelo das ‘filosofias da história’ e outros tipos de meta-narrativas), estes autores estão de fato se referindo a uma teleologia mais sutil, que reconstrói a história de uma maneira igualmente linear, mas que aponta para o nosso próprio Presente como ponto de chegada. Quando está sob esta perspectiva e não a reelabora criticamente, o que um historiador faz é selecionar os seus objetos e fatos históricos apenas levando em conta uma certa história cujo final ele já conhece, e que se situa no seu Presente.

Em outras palavras, o historiador “retroditor” escolhe tudo aquilo que se encaixa no aparente desenvolvimento histórico linear que teria resultado em seu (nosso) mundo Presente, e despreza tudo o mais: as experiências humanas não concluídas, as grandes e pequenas descontinuidades, as hesitações e tateamentos, os desenvolvimentos interrompidos, os atalhos históricos não percorridos – enfim, o historiador, ao trabalhar com esse tipo de ‘teleologia reversa’, termina por desprezar todo um material histórico de grande riqueza, tal como já havia vaticinado Nietzsche – um material histórico que poderia trazer contribuições para a reinvenção do nosso próprio presente, mas que é literalmente condenado ao esquecimento através deste sutil processo que se inscreve simultaneamente em nosso padrão historiográfico e em nossos recursos de escrita.

Alguns esclarecimentos se fazem necessários para que possamos compreender todos os aspectos implicados na intrincada questão da retrodição historiográfica. O problema não é, obviamente, escrever a História amparado em certo presente, pois isto é inevitável – como já sustentara Nietzsche, e tal como sustentariam os historicistas e materialistas históricos do século XX. Mais do que inevitável, este escrever a história de um determinado ponto de vista temporal e historiográfico pode se configurar mesmo em um aspecto enriquecedor para a História. O problema, na verdade, é escrever essa história acriticamente, não apenas esquecendo que se está escrevendo a história a partir de um presente, mas também se deixando enredar pela ideia de que este presente teria sido o único presente possível, e que o passado que ele parece trazer atrás de si a partir da historiografia retroditora é o único passado possível: um passado linear, único,

que conduz mecanicamente a este presente, e que cumpre apenas registrar desapaixonadamente.

Será útil retomar as considerações de Walter Benjamin (1892-1940)⁶, um filósofo que foi mesmo além de Nietzsche nesta reflexão sobre a prática da “retrodição”, além de desenvolver uma crítica igualmente mordaz contra a ideia de progresso na modernidade ocidental⁷. O principal escrito de Walter Benjamin sobre a História – no qual ele aborda tanto a questão da crítica à noção mecanicista de progresso histórico como o problema metodológico da “retrodição historiográfica”, embora sem denominá-la assim – foi o manuscrito intitulado *Teses sobre o Conceito de História* (1940)⁸. A elaboração deste texto no último ano de sua vida, quando estava sob perseguição das autoridades nazistas, apresentou-se ao filósofo alemão como uma oportunidade exemplar para criticar a prática historiográfica de sua época, mas também veio a se constituir em um grito de alerta que buscou submeter a uma implacável crítica não apenas o pensamento liberal da primeira metade do século XX, como também as ações das esquerdas de sua época – sejam as das correntes que aderiram às ações e propostas stalinistas, como também os encaminhamentos que já vinham sendo propostos pela social democracia alemã desde o início do século⁹.

A questão historiográfica, neste momento, é a que mais nos interessa. Benjamin considera, à partida, que há algo de sombriamente equivocado em considerarmos que vivemos o único presente possível – este presente que surge mecanicamente e linearmente de um passado, que por sua vez é ele mesmo o único passado possível, e sob um quadro fatalista no qual as três instâncias da temporalidade (o passado, o presente e o futuro) estariam enredadas por um progresso inevitável, naturalizado, no qual podemos sempre confiar cegamente, no sentido de que trará um mundo sempre melhor (na verdade não apenas um mundo melhor, mas de fato “o único mundo possível”).

A crítica à ideia de Progresso, em Benjamin, é visceral, e ele irá opor um “pessimismo revolucionário” ao otimismo burguês que procura associar progresso técnico e progresso da humanidade¹⁰. O que a modernidade capitalista estaria entendendo como progresso, para Benjamin, corresponderia na verdade a uma “evolução para a catástrofe”, e somente a

Revolução poderia interromper esta “evolução” fatídica, que é na verdade uma “involução”, uma precipitação que conduziria à barbárie. Estas ideias já aparecem claramente desenvolvidas em uma obra da década de 1920 – *Rua de Mão única* (1923-1926) – e Benjamin irá retomá-las também em seus últimos escritos: as *Teses sobre o Conceito de História* (1940)¹¹.

É preciso chamar atenção para o fato de que esta crítica ao progresso, em Benjamin, não se dirige apenas contra a modernidade capitalista, mas também contra os setores do Materialismo Histórico que ele encara como um “marxismo vulgar”, por acreditar que a Revolução seria o resultado final de uma evolução que ocorreria inevitavelmente. Benjamin retoma aqui um alerta que já havia sido proferido décadas antes por Rosa Luxemburgo em “Socialismo ou Barbárie”¹², e sustenta que a revolução socialista não é um produto inevitável do desenvolvimento histórico que cedo ou tarde irá acontecer em decorrência do progresso técnico e da dialética entre as “forças de produção” e as “relações de produção”. Ao contrário, a Revolução, para ocorrer, teria que constituir em uma “tomada de decisão” – ela não poderia ser senão um acontecimento transversal que interrompe a “marcha para a catástrofe”.

O que mais nos interessa neste momento é a leitura do problema historiográfico da “retrodição” que é encaminhado por Benjamin em suas *Teses sobre o Conceito de História* (1940). Falávamos há pouco da crítica de Benjamin à ideia de que vivemos o único presente possível, decorrente do único passado possível, e que conduz a um futuro igualmente definido sob a ingerência de um tempo linear e ditado pelo progresso. Certa História, falseada pelos historiadores a partir da “retrodição”, acompanha esta concepção linear e progressista do tempo. Por trás desta historiografia, estende-se uma única metodologia: a História que nos chega através da massa de produtos historiográficos, a maior parte dos quais produzidos a partir da retrodição historiográfica, é uma História que eliminou tudo aquilo que não se encaixava nos projetos que triunfaram. Ela eliminou “centelhas de esperança” que foram importantes no passado, e que seriam igualmente importantes para agir com vistas a certo futuro¹³. A História, com a sua seleção retroditadora, tornou-se um imenso “cortejo triunfal dos vencedores”, que carrega em procissão os despojos dos vencidos, muitos dos quais sob a forma de bens culturais. A massa dos historiadores –

que Benjamin irá reunir sob o rótulo generalizador de “historicistas” – produz a sua História a partir de uma “empatia com os vencedores”, ao fim do qual não se tem mais do que uma história bajulatória¹⁴. Estes historiadores consideram que a história seguiu o seu curso natural, um curso ditado pelo Progresso, mesmo que com desvios momentâneos e horrores vários. O Progresso desenrola-se naturalmente. Não há mesmo, no limite, necessidade de lutar por um futuro que virá naturalmente, e pode-se entregar-se à “inércia do coração”. Assim pensam estes historiadores, que na verdade constituem a ampla maioria, de acordo com as percepções de Benjamin:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos de bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIM, tese 7; 2008, p. 225).

O historiador, particularmente aquele preocupado em reabrir cada presente como um portal de tomadas de decisão, deveria reformular o seu projeto de historicidade e se converter em um “apanhador de centelhas de esperanças” (pelo menos aqueles historiadores interessados em reverter a eterna tirania dos poderosos). Nesta perspectiva, cada esforço de emancipação e de luta pela libertação, ainda que frustrado à sua época e por menor que tenha sido, deveria ser objeto de interesse deste historiador que toma a seu cargo a rememoração redentora que restitui um sentido para cada voz silenciada no passado. As lutas de hoje, de acordo com Benjamin, permitem iluminar o passado, e as lutas do passado incorporam-se aos combates de hoje, libertando-se das prisões de silêncio que lhes são impostas

pela historiografia tradicional dos vencedores¹⁵. Esta ideia de que o presente ilumina o passado, e este fortalece o presente (LÖWI, 2005, p. 61), encontrou no talento poético de Walter Benjamin uma de suas mais belas metáforas: Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta se dirigir para o sol que se levanta no céu da história. (BENJAMIN, tese 4; 2008, p. 224).

O Sol, na metáfora de Benjamin, corresponde a cada novo momento, em um presente, no qual se abre uma nova possibilidade de luta, real ou simbólica; as flores representam todas as ações e esforços dos oprimidos do passado e dos heróis que um dia se empenharam em sua libertação; de um ponto de vista mais estritamente metodológico, são também as fontes e discursos de um passado que podem sintonizar com este novo Presente que se ergue no horizonte. Subitamente iluminadas pelo sol de um novo presente, estas flores oferecem-se aos historiadores, que buscam nas fontes históricas as “centelhas de esperança”. É alias notável que Benjamin mencione, nestas lutas de classes que se atualizam através do trabalho historiográfico, e que “agem de longe, do fundo dos tempos”, não apenas os combates físicos e concretos, espetaculares e impactantes. Ao lado da “coragem” e da “firmeza”, as lutas que veem do passado também podem se dar através da “astúcia”, do “humor”, e de outras qualidades espirituais (BENJAMIN, tese n° 4; 2008, p.224).

Desta maneira, torna-se legítimo ao historiador, poderíamos acrescentar, não apenas arrancar do passado as batalhas e marchas heroicas, as resistências obstinadas dos indivíduos e das comunidades em revolta, os escravos sangrados por seus feitores e os heróis queimados na inquisição, mas também as coisas aparentemente mais simples: um jogral que afronta o rei através de sua poesia, o humorista que combate à sombra de suas anedotas, o artista que imortaliza em imagens a luta ou a opressão, o literato que astuciosamente denuncia as mazelas de sua época, os trabalhadores que se dissolvem no modo de produção, ou mesmo o louco que, ao fugir da realidade que o oprime, neste mesmo instante já a afronta. É este o sentido das palavras registradas por Benjamin na sua terceira tese, quando diz que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. É também este o sentido mais íntimo da observação de Walter Benjamin de que o

historiador não deve “distinguir entre os grandes e os pequenos” (BENJAMIN, tese 3; 2008, p.223). Para a História que a cada novo Presente reapresenta no seu horizonte historiográfico um novo sol, tem igualmente valor tanto o Napoleão que atravessa os gélidos desertos da Rússia, como o beato Antônio Conselheiro, que conduz através do sertão brasileiro a sua massa de desvalidos. Iluminar Joana D’Arc, queimando nas fogueiras da Inquisição, mostra-se uma tarefa de igual valor à de seguir os passos de uma família de retirantes nordestinos, ou de uma pequena caravana de cristãos-novos anônimos que força a sua entrada em uma nova e perigosa realidade. A partir de cada flor que oferece sua corola à nova contemplação historiográfica, e que se deixa colorir de uma nova maneira por esta mesma contemplação, não será a tarefa do historiador conhecer o passado “como ele de fato foi”¹⁶, mas sim “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, tese 6; 2008, p. 224)¹⁷.

O papel deste “momento de perigo” ao qual se refere Benjamin é particularmente importante para a sua proposta historiográfica. O “momento de perigo” é este limiar no qual as apostas podem ser colocadas, este portal através do qual se torna evidente que tudo se encontra aberto a cada instante do devir histórico: somente neste momento o Passado oferece a sua verdadeira imagem, múltipla, instável, provisória, lampejando de liberdade, pois é precisamente neste “instante de perigo” que se dissolve a falsa imagem do progresso ininterrupto. Em nenhum outro momento a história se oferece tão transparente à contemplação de suas várias faces como neste instante de perigo – que não é necessariamente o momento de uma batalha ou de uma fogueira, mas também aquele em que se exerce uma astúcia ou no qual o humor se pronuncia, ou aquele outro momento em que uma negociação se estabelece e que a história se abre para uma decisão. Existe, aliás, uma dialética que se estabelece entre o perigo de hoje e o “instante de perigo” que nos chega através de uma imagem do passado, como uma flor que volta sua corola para o sol do presente. Sob a excitação de uma ameaça iminente, no tempo presente, é que se oferece a oportunidade exemplar para que se volte ao passado um olhar crítico, em busca de outros momentos de perigo diante dos quais os homens se mostraram realmente livres para a tomada de decisões¹⁸.

A bela imagem das flores do passado que se voltam para o sol do presente, “através de um misterioso heliotropismo”, também aparece de outra maneira na segunda tese de Benjamin sob a forma do “encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa” (BENJAMIN, tese 2; 2008, p. 223)¹⁹. É este também o sentido do “messianismo” de Walter Benjamin. Para ele, o Messias não é um ser sobrenatural que desce à terra como um miraculoso salvador que vem reger os altissonantes acordes do Juízo Final, mas a própria humanidade oprimida que, através do trabalho do historiador, adquire a possibilidade de redimir os seus heróis e as vítimas da opressão, os inúmeros homens e mulheres que foram condenados à obscuridade e ao silêncio dos inocentes, os que combateram com coragem, astúcia ou humor, e que agora “falam do fundo dos tempos” e recolorem-se através da rememoração orquestrada por um novo sol historiográfico²⁰.

Podemos encerrar esta reflexão sobre a “retrodição” na historiografia evocando, à maneira de uma imagem final, uma das mais emblemáticas passagens das suas *Teses sobre o Conceito de História* de Walter Benjamin (1940). Eis o enigma que, mais do que todos os seus aforismos, expressa as inquietações de Walter Benjamin em relação ao futuro da história e aos caminhos do fazer historiográfico:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-o em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-la. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, tese nº 9; 2008, p. 226)²¹.

Referências

- ARENDDT, Hannah. Walter Benjamin. *In: Vies politiques*. Paris: Gallimard, 1974.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006 [original: 1995].
- BENJAMIN, Walter. A Vida dos Estudantes. *In: Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades, 2002 [original: 1915].
- _____. O surrealismo – o mais recente instantâneo da inteligência europeia. *In: Os Pensadores – vol. XLVIII*. São Paulo: Abril Cultural, 1975 [original: 1929].
- _____. Teses sobre o conceito o História. *In Walter Benjamin: obras escolhidas – magia e técnica; arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.222-231 [original: 1940].
- _____. *Passagens*. Belo Horizonte / São Paulo: Editora UFMG / IMEP, 2006 [originais: 1927-1940].
- _____. Walter Benjamin: obras escolhidas – *Rua de Mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [original: 1923-1926].
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original publicado: 1949, póstumo] [original de produção do texto: 1941-1942].
- CIORAN, Emir. *Breviário da Decomposição*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989 [original: 1949]
- _____. *História e Utopia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 [original: 1961].
- COMTE, Augusto. *Cours de philosophie positive*. Paris : Classique Garnier, 1969 [originais : 1830-1842].
- DROYSEN, J. Gustav. *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. Peter Leyh (org.). Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977 [em português: *Manual de Teoria da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 [original: 1858].
- FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004 [original: 2000].
- FOURIER, Charles. Theorie des quatre mouvements. *In Oeuvres Completes*. Paris: Antropos, 1966-1968 [original: 1808]
- GAGNEBIN, J-M. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- HABERMAS, Jürgen. L'actualité de W. Benjamin. La critique: Prise de Conscience ou Préservation. *Revue d'Esthétique* n° 1, p. 121, 1981.
- HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UNB, 2008 [original: 1830].
- HORKHEIMER, Max. *Crépuscules: notes em Allemagne*. Paris: Payot, 1994 [original: 1926-1931].
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986 [original: 1784]
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Editora Renascença, 1944 [original: *Introduction aux Études Historiques*, Paris: Hachette, 1898].
- LEIBNIZ. *De rerum originatione radicali*. In *Opera Philosophica*. Berlim: J. E. Erdmann, 1840 [original: 1697]
- LOTZE, Rudolf Hermann. *Mikrokosmos. Ideen Zur Naturgeschichte Und Geschichte Der Menschheit*. Leipzig: Hirzel, 1864.
- LOWY, Michael. Uma leitura das teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin. In: *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses sobre o conceito de história*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.33-159.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Fragmentos Póstumos*. 1884-85 [incluído em *Escritos sobre a História*. São Paulo: Loyola, 2005].
- _____. *Sobre a utilidade e desvantagens da História para a Vida*, 1873 [incluído em *Escritos sobre a História*. São Paulo: Loyola, 2005] [original: 1873; publicado em 1874].
- NISBET, Robert. *História da ideia de Progresso*. Brasília: UNB, 1985.
- PECORARO, Rossano. *Cioran: a filosofia em chamas*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.
- PINEL, Philippe. *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou la manie*. Paris: Richard, Caille & Ravier, 1801.
- RENSI, Giuseppe. *Frammenti di una filosofia del dolore e dell'errore, del male e della morte*. Modena: Guanda, 1937.

SAMÓSSATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história* [165]. Belo Horizonte: Tessitura, 2009 [orig.: 165 d.C.].

SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade de Representação*. São Paulo: UNESP, 2005 [original: 1819].

SIMIAND, F. Méthode historique et Science sociale. *Annales ESC*. N°1, jan/fev 1960 [original: Revue de Synthèse, 1903].

SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Munich: Beck, 1920.

THIERRY, Augustin. *Lettres sur le histoire de France*. Paris : Le Courrier Français, 1820.

¹Se a ideia de “progresso” tem a sua história (NISBET, 1985) – uma história que remonta, em uma primeira menção desta expressão, a autores como LEIBNIZ (1697, p.150), mas que só no século XVIII se conceitualiza, particularmente com KANT (1798), para daí seguir se reafirmando até o terceiro milênio – é preciso também registrar uma história da rejeição ao conceito de progresso, desde os seus desenvolvimentos iluministas e em contraposição aos seus desdobramentos no século XIX. Rousseau já se opusera à ideia de progresso no próprio século XVIII, e, para ele, o que estava em franca progressão era a “desigualdade humana” (ROUSSEAU, 1750). Já Charles Fourier, enxergando além da exploração das classes sociais menos favorecidas, chamaria atenção para o fato de que o progresso tecnológico da chamada “Civilização” encobria a exploração crescente do gênero feminino, e ressaltava que, na verdade, o “progresso social” de uma nação deveria ser medido pelo nível de emancipação feminina por esta permitido (FOURIER, 1808). No campo do pessimismo filosófico surgiria Arthur Schopenhauer (1788-1860), que em *O Mundo como Representação* (1819) não via na história senão a expressão da Vontade através da sua interminável repetição do ciclo vicioso da carência, necessidade, desejo e tédio. Hermann Lotze (1817-1881), em uma obra de 1864 intitulada *Mikrokosmos*, irá rejeitar uma concepção oitocentista de progresso que deixa atrás de si milhões de excluídos em relação à possibilidade de obter a felicidade. Em uma perspectiva distinta, sem uma preocupação social como a esboçada pelos seus antecessores na crítica da ideologia do progresso, Nietzsche oporá à concepção de um desenvolvimento linear e progressivo da história a perspectiva da descontinuidade, da história que se joga como uma aposta de resultados imprevisíveis, e que não permite assegurar em nenhum momento que a humanidade “caminha em direção ao melhor”, tal como haviam proposto Kant (1798), Hegel (1830) ou Augusto Comte (1830-1842).

² A frase de que o século XIX é o século da história foi proferida pela primeira vez pelo historiador oitocentista Thierry (1827).

³ Rigorosamente falando, fazer uma “retrodição” é presumir uma causa para um evento; é estender um olhar para trás buscando a sua origem ou algum elo que está faltando em determinada cadeia causal explicativa.

⁴Também Johann Gustav Droysen já alertara em seu *Historik* (1858) para o problema da retrodição, embora sem lhe dar este nome e não lhe dispensando um maior aprofundamento. Em certa passagem do seu *Manual de História*, ele critica a linearidade historiográfica e a busca ingênua de causas e efeitos, em uma passagem que também apresenta uma crítica à ambição positivista de encontrar as leis de história: “A pesquisa histórica não tem por ambição explicar, ou seja, não pretende deduzir do anterior o posterior; os fenômenos necessariamente como efeitos de evoluções e leis que os regem. / Se a necessidade lógica do posterior residisse no anterior, então existiria, ao invés do mundo ético, um análogo de matéria eterna e da transformação dos materiais. / Se a vida histórica fosse somente uma nova geração do que é sempre igual, então ela seria sem liberdade e sem responsabilidade, desprovida de conteúdo ético; ela seria apenas de natureza orgânica” (DROYSEN, 2009, p.54)

⁵ “Quer dizer, não deve explicá-las somente pelo conhecido desenlace de uma situação, como não deve fazê-lo tampouco pelas ‘intenções dos atores’. A explicação fundamenta-se na dialética precisa entre ambas as coisas” (ARÓSTEGUI, 2006, p.354).

⁶ Walter Benjamin (1892-1940) foi um dos nomes mais importante da história da filosofia na primeira metade do século XX. Partindo de um pensamento que incorporava a influência Neo Romântica a certo messianismo de origem judaica, nos anos 1920 Benjamin iria integrar a estes fatores a nota definitiva de seu acorde filosófico: o Materialismo Histórico. Irá se aproximar, então, da chamada Escola de Frankfurt. A influência estilística de Nietzsche também é claramente perceptível, e Benjamin também escolheu o aforismo e o fragmento como os seus principais meios de expressão, além de mesclar em sua reflexão filosófica, com a mesma frequência que encontraremos em Nietzsche, as metáforas e passagens com refinamento poético. Sua projeção literária principia com sua tese de doutorado: *A Crítica de Arte no Romantismo Alemão* (1919). Seu livro mais conhecido seria *A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica* (1936). As *Teses sobre o Conceito de História* (1940) foram escritas no mesmo ano de seu suicídio com vistas a escapar de seus captores fascistas, em uma tentativa de fuga através da Espanha. / Sobre Walter Benjamin, ver ARENDT, 1974; HABERMAS, 1981; GAGNEBIN, 2004; e LÖWI, 2005.

⁷ As críticas à noção de progresso e à formatação linear da História já aparecem nas primeiras obras de Walter Benjamin. Iremos encontrá-las desde em seus textos da segunda década do século XX, como “A vida dos estudantes” (1915), até os últimos textos, como as “Teses sobre o Conceito de História” (1940) e alguns dos textos incluídos em *Passagens* (1927-1940). / Lembramos também que a crítica à noção de “progresso” na história, herdada do iluminismo, está contemplada também na obra de diversos outros autores do século XX. Podemos citar o filósofo romeno Emil Cioran (1911-1995), com suas obras *Breviário da Decomposição* (1949) e *História e Utopia* (1960), e o filósofo italiano Giuseppe Rensi (1871-1941), com o ensaio *A Filosofia do Absurdo* (1937). Neste último autor, é radical a rejeição da ideia de um sentido da história, que o filósofo compara a um chão incandescente que tem de ser dolorosamente percorrido a esmo pelos

seres humanos na sua precipitação para o futuro. Já Cioran, em seu *Breviário da Decomposição* (1949), insistirá na ideia de que a única vantagem do homem contemporâneo sobre seus ancestrais pré-histórico é a de gerir melhor o seu “capital de infortúnio”, de modo a “melhor organizar o seu desastre” (p.173-174). Sobre Cioran, ver PECORARO, 2009.

⁸ Walter Benjamin conhecia bem o texto de Nietzsche sobre “Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida”. Ele o cita implicitamente em diversas passagens de suas “Teses sobre o Conceito de História”, e transcreve uma passagem deste texto de Nietzsche como epígrafe para a sua “Tese nº11”.

⁹ A esquerda alemã, durante as primeiras décadas do século XX, estava bastante dividida, o que inclusive é apontado como um dos fatores que favoreceram a ascensão do Nazismo no quadro político da Alemanha após a Primeira Guerra. Em 1918 o Partido Político Alemão (KPD), havia se destacado do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Depois, ocorreriam novas divisões no interior do primeiro (1920: formação do KAPD, Partido Comunista Operário Alemão). A influência do bolchevismo soviético sobre parte da esquerda alemã entra como outro fator complicador, particularmente com a ascensão de Stalin. Benjamin mostrará mais simpatia pela dissidência trotskista, mas conservará sempre um pensamento político independente. Este complexo quadro político também faz parte do contexto em que Benjamin escreveu a maior parte de suas obras.

¹⁰ O “pessimismo revolucionário” proposto por Benjamin guarda sua distância em relação aos modelos românticos de pessimismo, sejam os pessimismo resignados e alienantes, sejam os pessimismos da evasão; tampouco se identificará com outros modelos de pessimismo de sua própria época, como o do Declínio do Ocidente de Oswald Spengler (1920). O modelo de pessimismo revolucionário aparecerá em diversos textos de Benjamin, para além das Teses sobre o Conceito de História, tal como no ensaio intitulado “O Surrealismo” (1929, p.312).

¹¹ Em um dos comentários de Rua de Mão Única, intitulado “alarme de incêndio”, Benjamin chama atenção para os perigos do progresso técnico desalinhado dos progressos da justiça social e dos valores éticos: “[...] se a eliminação da burguesia não estiver efetivada, até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico (a inflação e a guerra de gases o assinalam), tudo está perdido. Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado” (BENJAMIN, 1995, p.45-46).

¹² Sobre os pontos de contato entre as posições de Walter Benjamin e esta obra escrita por Rosa Luxemburgo, ver os comentários de Michael LÖWI em *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das reses “sobre o conceito de história”*. (2005, p.23).

¹³ “O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, tese 6; 2008, p.224).

¹⁴ Há um curioso exemplo, na literatura sobre a História, que antecipa milenarmente essa crítica de Benjamin, e também a de Nietzsche, ao “elogio

dos vencedores”. Trata-se da obra de Luciano de Samósata, escrita em 165 d.C. Luciano não era propriamente um historiador, e sim um ficcionista, mas defendia a “história justa” e escreveu um ensaio intitulado “Como se deve escrever a história”, no qual criticava a grande quantidade de historiadores que se dedicava a “adular” os vencedores. Seu texto procura dar uma resposta ao contexto dos historiadores romanos que, no contexto das vitórias do imperador de Lúcio Vero contra os partos, tinham se posto a escrever uma história laudatória e mesmo “aduladora”. Luciano, então, passa a criticar os historiadores de sua época como exemplos de “como a história não deve ser escrita”.

¹⁵ Exata ideia de que o silêncio dos vencidos possa ser redimido pelos historiadores, tal como observa Michael Löwi em seu ensaio sobre as “Teses sobre o Conceito de História” de Walter Benjamin, é similar às propostas de Max Horkheimer (1895-1973) – outro dos filósofos ligados à Escola de Frankfurt – particularmente no texto *Crêpuscules: notes em Allemagne* (1926-1931). Depois de mencionar os oprimidos da história e seu eterno “sonho de libertação”, Horkheimer ressalta: “é doloroso ser desconhecido e morrer na obscuridade. Clarear essa obscuridade, essa é a honra da pesquisa histórica” (HORKHEIMER, 1994, p.159).

¹⁶ Ao citar esta frase em sua sexta tese, Benjamin está se referindo ao célebre dito de Leopold von Ranke, que pretendia contar os fatos tal como eles se sucederam. A esta altura, na primeira etapa da fundação do paradigma Historicista, alguns elementos positivistas ainda o perpassam, particularmente no que se refere à pretensão de neutralidade por parte do sujeito que produz o conhecimento histórico. Obviamente que, à época do próprio Walter Benjamin, o Historicismo já tinha desenvolvido em maior profundidade os seus desdobramentos relativistas.

¹⁷ Segue Benjamin, na mesma sequência, com as seguintes palavras: “Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso” (BENJAMIN, tese 6; 2008, p.224).

¹⁸ Michael Löwy, em sua excelente análise sobre as “Teses sobre o Conceito de História”, entretece algumas considerações importantes a respeito deste aspecto: “O perigo de uma derrota atual aguça a sensibilidade pelas anteriores, suscita o interesse dos vencidos pelo combate, estimula um olhar crítico voltado pela história. Benjamin talvez pense em sua própria situação: não foi o perigo iminente em que ele se encontrava entre 1939 e 1940 – prisão, internação nos campos de concentração, entrega pelas autoridades vichystas à Gestapo – que provocou a visão singular, única mesmo, do passado que emana das “Teses sobre o Conceito de História”?” (LÖWY, 2005, p.65). O Nazismo, de fato, e a perseguição que levou Benjamin à morte em 1940, no mesmo ano em que escrevia as suas “Teses sobre o Conceito de História”, constituem o grande contexto deste singular manuscrito. É em um momento de extremo perigo que Benjamin o redige.

¹⁹ Prossegue Benjamin na mesma sequência: “Alguém na terra esta à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos dada uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser

rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso” (BENJAMIN, tese 2; 2008, p.223).

²⁰ “Pois o Messias não vem apenas como salvador, mas também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar do passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não cessa de vencer” (BENJAMIN, tese 6. 2008, p.224-225). Essa passagem, e a menção à imagem do “Anticristo”, pode ser particularmente compreendida à luz dos enfrentamentos contra o Nazismo. Por outro lado, se o Anticristo pode ser mais diretamente referido ao próprio Nazismo, com relação ao contexto mais imediato, também é uma imagem que se refere às classes dominantes, o que ficará ainda mais claro nas teses seguintes. De todo modo, não foram raras, na época do IIº Reich, as interpretações que ressignificaram o Nazismo como o Anticristo Moderno.

²¹ Este fragmento – a “tese nº9” – é certamente o texto mais conhecido das “Teses sobre o Conceito de História” de Walter Benjamin (1940). Aqui ele expõe um dos principais alvos de suas críticas: a noção mecanicista de progresso, acoplada à ideia de que o progresso técnico, por si só, assegura o desenvolvimento da humanidade (a ingênua ideia de que o progresso técnico, basta por si mesmo, como se não fosse possível haver progresso técnico e deterioração das relações sociais, barbárie, opressão, e uso da tecnologia para oprimir, destruir, ou mesmo aniquilar o mundo). Algumas imagens empregadas nesta tese nº9 remetem a Hegel, embora de maneira invertida, pois em *Razão Histórica* (1830) este pretende justificar o campo de ruínas que a história deixa atrás de si (incluindo a opressão dos povos e as injustiças contra os indivíduos) com a ideia de que “as ruínas são necessárias e justificadas em virtude do Progresso que virá depois, e que, no fim das contas, conduzirá o destino humano à plena liberdade e desenvolvimento da razão. Benjamin, ao contrário de Hegel (e mesmo dos materialistas históricos que partilham de uma concepção mecanicista do progresso humano) irá propor a ideia de que a Revolução deve parar este tipo de Progresso que empurra a humanidade para a catástrofe, redirecionando os destinos humanos para uma outra direção e evitando a barbárie.